

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Guerra tarifária dos EUA motivou avanço da incerteza

FGV: indicador de incerteza avança 4,6 pontos em abril

O Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) disparou 4,6 pontos na passagem de março para abril, atingindo 115,5 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na métrica de médias móveis trimestrais, o indicador caiu 0,5 ponto (112,4 pontos). “A alta do Indicador de Incerteza em abril foi motivada pelas incertezas globais relacionadas à po-

lítica tarifária dos Estados Unidos e à guerra comercial com a China”, avaliou em nota a economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), Anna Carolina Gouveia. Segundo ela, o componente de Mídia subiu ao maior nível desde 2022, ao retratar as oscilações das tarifas que seriam aplicadas, os produtos afetados e a intensificação do conflito tarifário.

Nível baixo

“O nível baixo do indicador indica consenso de mercado nas previsões macroeconômicas recentes. Com a alta do mês, o IIE-Br volta aos 115 pontos, nível de incerteza elevado”, emenda a economista. O IIE-Br tem dois componentes: o IIE-Br Mídia e o IIE-Br Expectativa.

Interrupção

O componente de Mídia do IIE-Br subiu 5,1 pontos em abril (119,9 pontos), contribuindo com 4,4 pontos para o índice. O componente de Expectativas, que mede a dispersão, interrompe a sequência de três fortes quedas seguidas e sobe 0,4 ponto no mês, para 91,2 pontos,



Fraudes ocorreram em leilões da Aneel entre 2015 e 2018

Fraudes em leilões de energia solar totalizam R\$ 145,2 mi

A Justiça Federal abriu ação contra dez supostos integrantes de uma organização criminosa que obteve R\$ 145,2 milhões de forma ilícita a partir de fraudes em leilões de energia solar da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) entre 2015 e 2018. A decisão acolhe denúncia do procurador da República Ricardo Perin

Nardi. O esquema foi descoberto na Operação Skotos para apurar crimes atribuídos ao grupo, de Campinas (SP). A denúncia do MPF foi recebida pela Justiça Federal e os acusados vão responder por delitos como fraude à licitação, lavagem de dinheiro, uso de documentos falsos e corrupção ativa e passiva.

Indenização

O procurador Ricardo Perin Nardi pediu à Justiça a condenação dos envolvidos ao pagamento de indenização de R\$ 50 milhões por danos morais coletivos, além da perda de bens, em valor equivalente aos ganhos que obtiveram com as fraudes (R\$ 145,2 milhões).

Forte queda

Os contratos futuros de petróleo fecharam em forte queda nesta quarta-feira, 30, ampliando as perdas da sessão anterior, em meio a rumores de que a Arábia Saudita estaria disposta a ampliar sua produção e suportar um período prolongado de preços baixos da commodity.

Fachada

As fraudes ‘se basearam em uma rede empresarial protagonizada por uma construtora fictícia’, pela habilitação de empresa de fachada em leilões da Aneel mediante documentos contábeis falsos, de suposta capacidade financeira para a construção de usinas de energia solar.

Nymex

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o contrato de petróleo WTI para junho caiu 3,66% (US\$ 2,21), fechando a US\$ 58,21 o barril. O Brent para julho, negociado na (ICE), recuou 3,51% (US\$ 2,22), para US\$ 61,06 o barril. No mês, o WTI e o Brent têm quedas superiores a 15%.

Com o aperto monetário do BC, dívida sobe para R\$ 7,5 tri

Em apenas um mês, gastos com juros subiram R\$ 16 bilhões

Por Marcello Sigwalt

O crescente aperto monetário operado pelo Banco Central (BC) – meio monolítico de financiar o (des)ajuste fiscal com viés eleitoral da gestão petista – elevou o gasto federal com juros em R\$ 71,01 bilhões, principal fator da ampliação, em R\$ 16 bilhões (alta de 0,22%) da Dívida Pública Federal (DPF), na passagem de fevereiro para março deste ano (de R\$ 7,492 trilhões para R\$ 7,508 trilhões).

Os dados foram divulgados, na última quarta-feira (30), pelo Tesouro Nacional.

Indicador que inclui a dívida interna e externa, a Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) subiu 0,29% em março (R\$ 7,199 trilhões), enquanto a Dívida Pública Federal externa (DPFe) recuou 1,53% (R\$ 309,54 bilhões).

Apesar de a Selic estar em 14,25% ao ano, a parcela de títulos da DPF atrelados à taxa básica baixou a 46,38% em março. No mês anterior, ela estava em 47,77%.

O Plano Anual de Finan-



Necessidade crescente de financiamento do setor público ‘turbinou’ elevação da dívida

ciamento (PAF) de 2025, por sua vez, fixou entre 48% a 52% a participação desses títulos. A participação dos papéis prefixados cresceu de 20,54% para 21,51%. No PAF, o intervalo previsto é de 19% a 23%.

Também chamado de ‘colchão da dívida’, a reserva de liquidez – criada pelo Tesouro Nacional para ‘honrar compro-

missos com investidores que compram os títulos brasileiros – fechou março em R\$ 869,24 bilhões, valor 2,20% inferior, em termos nominais, que os R\$ 888,78 bilhões da reserva em fevereiro e abaixo, em termos nominais, do valor de março de 2024 (R\$ 887,41 bilhões).

Tal montante funciona como um termômetro sobre

a capacidade do país de pagar seus investidores ou se recorrerá ao mercado para reforçar o caixa.

O montante de março era suficiente para cobrir 6,72 meses de pagamentos de títulos, aquém dos 6,66 meses em fevereiro. A reserva prudencial do Tesouro equivale a uma reserva para três meses de vencimentos.

Alta do emprego é a menor em 5 anos

Menor número, desde 2020 (ano da pandemia), o Brasil criou em março último 71,5 mil empregos, segundo dados do Caged, que corresponde à diferença entre 2,23 milhões de admissões e 2,16 milhões de demissões no período.

Em 2020, o primeiro mês da pandemia da covid-19 implicou o fechamento de 232.316 postos de trabalho no país. Para

o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho atribuiu o resultado fraco ao calendário de 2025, pois o carnaval só ocorreu em março.

Historicamente, fevereiro costuma ser fraco na criação de empregos, pela menor quantidade de dias úteis. Em 2025, no entanto, tal mês não teve carnaval, com o melhor resultado da série histórica iniciada em 2020, quando o modelo de contabilização foi mudado.

Em 12 meses, o país conta com 1.613.752 de empregos criados. Em 2025, o saldo positivo é de 654.503 postos. Segundo o MTE, os números mostram uma recuperação contínua no mercado de trabalho, com crescimento em diferentes setores e regiões do país.

O Brasil chega assim ao maior estoque da história, com 47,857 milhões de trabalhadores formalizados.

Novamente, a criação de em-

pregos no país foi liderada pelo setor de serviços, com 362.866 postos criados e um saldo positivo de 52.459. Em seguida, aparecem a Indústria, criando 153.868 vagas, e a construção civil, com 21.946 postos. Ao analisar o saldo, a construção (21.946) supera a indústria (13.331).

São Paulo liderou a criação de empregos (209.656), com alta de 1,46%; Minas Gerais (75.896) e alta de 1,55%), e Rio Grande do Sul (66.490), alta de 2,35%.

Leilão portuário soma R\$ 857,1 milhões

O primeiro leilão de terminais portuários de 2025 somou R\$ 857,1 milhões em outorgas, com a concessão de quatro áreas, sendo três no Porto de Paranaguá (PR) e uma no Rio de Janeiro. Os leilões foram promovidos nesta quarta-feira (30), na B3, em São Paulo. No total, dez proponentes disputaram ativos, com três vencedores distintos.

Os quatro terminais portuários leiloados nesta quarta-feira somam cerca de R\$ 1 bilhão em investimentos diretos, com a maior parte construída nas três áreas do Porto de Paranaguá: PAR15, PAR14 e PAR25. Ao incluir as obras de infraestrutura pública, a cifra chega a R\$ 2,1 bilhões. Os terminais paranaenses serão concedidos por 35 anos e o do Rio de Janeiro, por 10 anos.

A maior outorga foi registrada no último leilão da série. O PAR15 foi arrematado pela



Terminais leiloados somam R\$ 1 bi em investimentos diretos

Cargill Brasil por R\$ 411 milhões, após uma acirrada disputa a viva-voz. O operador será responsável por implantar quatro balanças e dois tombadores até o quinto ano de contrato, além de integrar sua operação ao “Pier T”, com capacidade mínima de movimentação de

2,2 milhões de toneladas por ano.

Já a operação do PAR14 foi conquistada pelo BTG Pactual Commodities Sertrading. Com área de 82.436 m², exigirá investimentos mínimos de R\$ 1,187 bilhão, o maior montante do lote concedido

CMN amplia programa habitacional

Em reunião extraordinária nesta quarta-feira (30), o Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentou a ampliação do Minha Casa, Minha Vida para famílias de classe média.

A regulamentação remove os últimos obstáculos para que a nova faixa de até R\$ 12 mil entre em vigor, garantindo as mesmas condições das linhas de crédito, independentemente da fonte de recursos.

O CMN aprovou dois votos. O primeiro permite a utilização de recursos do Fundo Social do Pré-Sal para financiamentos habitacionais da Faixa 3 do programa, que beneficia famílias com renda entre R\$ 4.700,01 e R\$ 8,6 mil, sem subsídios, mas juros menores.

A regulamentação foi necessária para garantir as mesmas condições dos financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Ser-

viço (FGTS) às operações com dinheiro do Fundo Social.

Atualmente, os financiamentos da Faixa 3 do Minha Casa, Minha Vida têm juros nominais de 8,16% ao ano, mais Taxa Referencial (TR).

O segundo voto permite que os bancos combinem recursos do FGTS e recursos próprios, vindos da caderneta de poupança e das Letras de Crédito Imobiliário (LCI), para emprestarem para a nova faixa

do programa, a famílias com renda mensal de até R\$ 12 mil.

A nova categoria do programa oferece financiamentos com juros de 10,5% ao ano, 420 parcelas e limite de até R\$ 500 mil, de imóveis novos e usados.

Mesmo com recursos combinados, as tarifas cobradas serão as mesmas dos empréstimos concedidos com recursos do FGTS para imóveis de igual valor.